



## **Preenchendo a lacuna da liderança: Onde fica a União Européia?**

Por Kenneth Roth

Que governo pode ser considerado o campeão atual de direitos humanos? A voz potencialmente poderosa de Washington deixou de ressoar desde que o governo dos EUA passou a utilizar a detenção sem julgamento e a fazer interrogatórios por meio de tortura. A administração do Presidente George W. Bush ainda pode promover “democracia”—a palavra que utiliza como estratégia para evitar trazer à tona o tema espinhoso dos direitos humanos—porém não tem condições de promover crivelmente os direitos de que desdenha.

À medida que a influência dos Estados Unidos diminui, o predomínio da China cresce. No entanto, a China está longe de ser líder em direitos humanos. Sua crescente força econômica aumenta sua influência global, porém, na melhor das hipóteses, o país se mantém indiferente às práticas de direitos humanos de outros países. Inflexível quanto a permitir pluralismo político ou o Estado de Direito em seu solo, Pequim finge que os direitos humanos são um assunto interno ao lidar com os outros países.

Com a supressão interna de vozes independentes e a guerra suja na Chechênia, a Rússia segue o mesmo caminho perverso. Sua meta parece ser a reconstrução de um círculo de influência, especialmente entre as nações da antiga União Soviética, mesmo que signifique abraçar tiranos e assassinos em seu meio. Na tentativa de se esquivar de críticas, o Presidente Vladimir Putin chegou ao ponto de menosprezar os direitos humanos aplicando-lhes o rótulo de “‘padrões’ artificiais”.

Nesse ambiente nada promissor, a União Européia e o grupo de democracias emergentes mundiais poderiam se tornar fontes potenciais de liderança em direitos humanos. Cada um contribuiu significativamente, porém nenhum deles apresenta

um desempenho com a estabilidade ou a eficácia necessária para preencher a lacuna da liderança.

Com a diminuição da credibilidade da voz de Washington, atualmente a União Européia deveria ser a maior e mais eficaz defensora dos direitos humanos. A UE baseia-se em princípios de direitos humanos e anseia pela magnitude em assuntos globais. Porém, com as dificuldades que enfrenta devido a um número maior de países-membros, a União Européia está fazendo muito menos do que poderia. Tão trabalhosos se tornaram os esforços que visam obter consenso entre seus vários membros, que a UE acaba apresentando um semblante fraco do seu verdadeiro potencial. A União pretendia aumentar a influência da Europa. Em vez disso, no tocante à promoção de direitos humanos, o conjunto vale bem menos do que a soma de seus fatores.

As democracias latino-americanas, africanas e asiáticas, algumas delas bem estabelecidas, mas várias delas novas e inseguras, começaram a lutar pelos direitos humanos em algumas negociações internacionais. Apesar de momentos promissores, entretanto, esses governos ainda têm de cooperar além de fronteiras regionais para encontrar uma voz eficaz e comum. Demasiado freqüentemente, exibem maior lealdade a seus blocos regionais do que aos seus ideais de direitos humanos, maior solidariedade com ditadores vizinhos do que com as pessoas cujos direitos se comprometeram a defender. Essa tendência assumiu um papel bastante nocivo no recém-formado Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o qual, em vez de melhorar a desacreditada Comissão de Direitos Humanos, ameaça a repetir sua conduta decepcionante, o que prejudica a credibilidade de todo o sistema das Nações Unidas.

Atualmente, todos os governos parecem ter uma desculpa na ponta da língua para ignorar os direitos humanos. Discursos nobres ocasionalmente são proferidos nas capitais ou por embaixadores nas Nações Unidas, mas não são respaldados por ações necessárias para haver liderança ou mudanças reais. Compromissos são restritos por embargos, acordos por cláusulas de escape. Seja a falta de conseqüências punitivas para a campanha criminosa em Darfur, a exigência de haver consenso antes de agir coletivamente na União Européia, a deferência

proclamada da China à soberania nacional, a preocupação de Washington com o Iraque e o terrorismo, ou o sacrifício dos princípios de direitos humanos pelos países em desenvolvimento em troca de solidariedade regional, as desculpas pela falta de ação dominam a necessidade de ação decisiva.

A tendência é sombria, porém não irreversível. Se a lacuna na credibilidade de Washington é conseqüência temporária de uma administração particularmente despreocupada com as leis, ou um problema duradouro que se abaterá sob os EUA por anos a fio, depende parcialmente do novo Congresso norte-americano — e se vai repudiar abusos cometidos no passado, pressionar para que haja mudança nas políticas e trazer os infratores à justiça. Ninguém se ilude de que tal virada será fácil quando os arquitetos desses abusos ainda controlam o poder executivo, porém é fator essencial se os Estados Unidos almejam se redimir de sua reputação manchada como defensor de direitos humanos.

Também será necessária uma liderança para levar a China e a Rússia a um comportamento mais responsável. Em grande parte, Pequim e Moscou se beneficiam das baixas expectativas. Já que poucos países insistem que eles mantenham padrões internacionais em âmbito interno ou externo, há pouco incentivo para que isso aconteça. Suas novas potências econômicas — o mercado emergente chinês, as reservas energéticas russas — apenas reforçam sua capacidade de resistir ao mínimo de pressão sobre eles, enquanto desencoraja outros governos de até mesmo exercer tal pressão. Enquanto isso, o programa crescente chinês de ajuda a países estrangeiros cria novas opções para ditadores que anteriormente dependiam de países que tinham como exigência o progresso em direitos humanos. Mudanças nessa dinâmica dependem de tratar a China e a Rússia como países que almejam ocupar um papel de líderes mundiais — insistindo que respeitem os direitos humanos ao tratarem de seus cidadãos e dos cidadãos de outros países, e atribuindo a devida responsabilidade caso deixem de cumprir seus deveres nesse particular. Devem ser convencidos de que o caminho para a influência e respeito não é calcado em insensibilidade e criminalidade, mas sim através de uma cidadania responsável global. Entretanto, não se pode esperar que eles melhorem se o compromisso com os direitos humanos demonstrado por outros

países é negociado a preço de banana em troca de contratos energéticos ou oportunidades de investimento.

Na América Latina, embora alguns países resistam ativamente a exames minuciosos de direitos humanos, outros países atuam de maneira crescentemente importante na promoção dos padrões internacionais. Também há raras centelhas de esperança na África e na Ásia. O mundo necessita de um verdadeiro defensor dos direitos humanos proveniente do hemisfério sul — uma nação que rejeite o regionalismo reflexivo como um anacronismo, um retrocesso a uma era na qual governos autoritários se davam as mãos para aliviar a pressão de cumprir com os direitos humanos. Atualmente, à medida que um número cada vez maior de governos tenta periodicamente se eleger e fala em nome das aspirações de seus povos, eles devem lidar com outros países tendo como guia as mesmas preocupações com os direitos que seus próprios cidadãos abraçam.

No tocante à União Européia, muitos dos seus membros reconhecem a morosidade reinante e buscam soluções. O experimento europeu ajudou a trazer paz e prosperidade àqueles com sorte suficiente de viver dentro de suas fronteiras, porém a União Européia não está cumprindo sua promessa de ser uma defensora global de direitos. Algumas mudanças necessárias podem ser relativamente diretas e de fácil implementação, tais como a modificação da rotatividade semestral da presidência, para haver um melhor acúmulo de conhecimento e a busca de estratégias a longo prazo. Outras necessitam de alterações de tradições e maus hábitos, tais como tornar as instituições da UE mais transparentes para minimizar a lacuna entre os valores populares e a ação governamental. Algumas mudanças são mais fundamentais, tais como afrouxar o requisito de haver unanimidade para agir coletivamente na esfera de direitos humanos, para permitir uma ação global mais oportuna e eficaz. Tudo isso exige que os governos que compõem a União Européia reconheçam que o *status quo* representa uma abdicação inaceitável de liderança em um momento em que tal liderança se encontra em uma perigosa baixa.

## **Os desafios dos direitos humanos**

Há desafios de sobra aos direitos humanos, o que exige uma liderança global mais eficaz. Tão recentemente quanto setembro de 2005, os governos mundiais, em uma

declaração histórica, assumiram a responsabilidade de proteger as pessoas que se deparam com atrocidades em massa. Entretanto, esse compromisso foi vazio, pois Darfur continua sendo sinônimo de extermínios em massa, estupros e deslocamento forçado enquanto a comunidade internacional produz não mais do que maços de resoluções da ONU que não são implementadas. A covardia política usual quando se trata da mobilização militar para evitar extermínios em massa é responsável parcial pela falta de ação, mas também a pressão no governo sudanês não é suficiente para que ele aceite uma verdadeira força protetora. Como previsto, tal falta de postura firme é rejeitada por Cartum. Até o momento de impressão do presente relatório em novembro, havia indícios de que o governo sudanês poderia se abrandar um pouco, parcialmente em resposta a uma nova e bem-vinda pressão por parte da China, porém não é claro se Cartum aceitará o envio de tropas com incumbência e capacidade para dar um fim aos assassinatos ou se terminaria por si só com as suas próprias políticas assassinas.

Parte do problema é que a invasão do Iraque pelos EUA e as tentativas tardias da administração de Bush de justificar a invasão como intervenção humanitária facilitam aos governos como o do Sudão formar oposições a quaisquer esforços forçados de salvar as pessoas em Darfur. Da mesma maneira, a promoção da democracia, uma meta central dos direitos humanos, arrisca ser desacreditada pela administração, que a iguala a uma mudança de regime através de força militar.

Neste ínterim, a importância de aplicar a justiça a assassinos em massa encontra-se sob ataque, especialmente em Uganda, onde os assassinos tentam negociar o fim da matança em troca de sua impunidade. O terrorismo — a visão perigosa de que cidadãos civis podem ser assassinados legitimamente por fins políticos — continua uma prática aceitável em demasiadas partes do mundo. O Iraque degenera-se em uma carnificina maciça de facções, tendo civis como suas principais vítimas. Governos repressivos impiedosos impõem crueldades enormes a pessoas na Coréia do Norte, Birmânia e Turcomenistão. As ditaduras fechadas persistem no Vietnã, na Arábia Saudita e na Síria. A China está retrocedendo. A Rússia e o Egito perseguem organizações não-governamentais (ONGs), e o Peru e a Venezuela pensam em seguir os mesmos passos. O Irã e a Etiópia silenciam vozes dissidentes. O Usbequistão esmaga a dissidência ao atual regime com força renovada e, ao mesmo tempo,

recusa investigações independentes do massacre ocorrido em maio de 2005 na cidade de Andijan, no leste do país. No Zimbábue, o Presidente Robert Mugabe prefere arrasar seu país em vez de tolerar oposição política. A guerra civil recomeça no Sri Lanka, intensifica-se no Afeganistão, continua na Colômbia, e ameaça começar na Nigéria. Israel deu início a ataques indiscriminados no Líbano durante sua guerra contra o movimento Hezbollah, enquanto o Hezbollah tinha como alvo cidades israelitas sem nenhum objetivo militar específico em vista.

A instituição inter-governamental dedicada a tratar desses problemas — o novo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas — ainda tem de demonstrar uma melhoria real com relação à sua antecessora ineficaz, a Comissão de Direitos Humanos. Uma das principais obrigações do Conselho é pressionar governos altamente abusivos para que mudem. Isso exige uma série de passos graduais, que podem levar à mobilização de monitores de direitos humanos ou à condenação pública. Entretanto, como zombaria dos altos princípios de sua instituição, o Conselho até agora não criticou governo algum, exceto o de Israel. O máximo que conseguiu realizar até agora foi um “diálogo interativo” com investigadores das Nações Unidas e uma “análise de colegas” programada, abandonando assim sua arma mais poderosa — a condenação coletiva por parte de outros governos. Essa inatividade ameaça pôr em dúvida a capacidade das Nações Unidas de preservar os padrões globais de direitos humanos. Os proponentes de “coalizões dos bens dispostos” — a antítese do ideal de padrões universais proposto pelas Nações Unidas — sairão como vencedores, exceto se forem retificados por governos que apóiem os direitos humanos.

### **O governo dos EUA: credibilidade em jogo**

Se tal fatos ocorressem no passado, muitos teriam a esperança de que os Estados Unidos fossem líderes na solução desses desafios. Mesmo sem ser um promotor constante de direitos humanos, Washington foi uma voz importante e influente. Atualmente, sua voz não tem som — uma perda enorme para a causa dos direitos humanos. Distintamente dos problemas causados pela malfadada invasão do Iraque, sua credibilidade como proponente de direitos humanos foi manchada pelos abusos praticados em nome da guerra contra o terrorismo. Poucos embaixadores dos EUA ousam expressar sua insatisfação contra interrogatórios severos, detenções

sem julgamento ou até mesmo “desaparecimentos” praticados por outros governos, sabendo como é fácil para um interlocutor virar a mesa e citar a má conduta dos EUA como desculpa pelos abusos cometidos pelo seu próprio governo. A vulgaridade dessa desculpa não diminui sua vergonhosa eficácia. Também não consola o fato de os Estados Unidos estarem longe de ser o pior infrator mundial de direitos humanos. Os abusos cometidos pelos EUA já causaram danos suficientes.

O ano passado dissipou qualquer dúvida de que o uso de tortura e outros maus tratos pela administração de Bush se tratava de políticas ditadas pelos mandantes em vez da aberrante má conduta de alguns interrogadores do baixo escalão. A administração afirmou não mais praticar tortura, porém se recusou a classificar como tortura proibida a falsa execução por afogamento — a técnica clássica de tortura conhecida atualmente como “*water-boarding*”. Apesar da proibição absoluta, assumida por tratado, contra tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, a administração alegou ser possível impor tal abuso desde que a vítima fosse um cidadão não americano detido fora dos Estados Unidos — uma posição que abandonou somente após o Congresso norte-americano ter adotado a Lei de Tratamento de Detentos de 2005 pela maioria dos senadores, sem condição de veto. Setembro de 2006 talvez tenha marcado o fundo do poço, quando o Presidente Bush defendeu veementemente a tortura e se referiu eufemisticamente a ela como “um jogo alternativo de procedimentos [de interrogação]”.

Face a essas situações e a uma resistência crescente às técnicas ilegais demonstradas por oficiais da força militar dos EUA, em setembro o Pentágono adotou um novo Manual Militar de Campo sobre Interrogatórios para Obtenção de Inteligência, que proíbe interrogação coerciva pelo seu exército. Mesmo assim, a administração continua a insistir na concessão de autorização a interrogadores da CIA (*Central Intelligence Agency*) para usar essas técnicas coercivas. A Lei de Comissões Militares, adotada pelo Congresso em setembro, reiterou a proibição absoluta de tratamento cruel, desumano ou degradante, porém pôs em jogo a implementação do cumprimento dessa lei ao recusar o direito dos detentos de contestar a sua detenção e o tratamento dado a eles por tribunais.

Também preocupa o uso constante de detenção arbitrária como ferramenta antiterrorista por parte da administração. Distorceu além da medida o poder tradicional de partes conflitantes de deter inimigos combatentes até o fim de um conflito armado. Usando o conceito da “guerra global contra o terrorismo” como justificativa, a administração reivindica o direito de deter, sem supervisão judicial, qualquer cidadão não americano em qualquer lugar do mundo como “inimigo combatente” e aprisioná-lo sem acusação formal ou julgamento, pelo tempo que desejar — mesmo até o final de sua vida. A administração recusa a necessidade de estabelecer uma correlação entre o detento e uma participação real em conflito armado — uma restrição tradicional da força bélica para limitar os direitos do devido processo legal. Os direitos mais fundamentais ficam em risco quando o governo assume poderes tão extraordinários.

De fato, a apropriação indevida de poderes pela administração estende-se até mesmo à autoridade alegada de fazer com que pessoas “desapareçam” — capturá-las sorrateiramente, sem reconhecimento oficial, nenhum advogado, nenhuma visita da Cruz Vermelha, nenhum contato com o mundo externo. Essa prática execrável, condenada ampla e corretamente pelos Estados Unidos no passado, quando praticada por outros governos, deixa amigos e familiares a supor o porquê do desaparecimento de seu ente querido, ou se ele ainda está vivo.

Esses abusos, cometidos em nome do combate antiterrorismo, só aumentaram a ameaça de mais terrorismo. O uso de tortura e detenção arbitrária incita o recrutamento de terroristas em comunidades que se identificam com as vítimas. Também aliena essas comunidades de oficiais de implementação do cumprimento da lei que tentam se relacionar com elas para obter dicas sobre atividades suspeitas—uma fonte de inteligência bem mais importante do que frases sugadas à força da boca de suspeitos. E sacrifica elevados preceitos morais, ao mesmo tempo que corrói o princípio que resultados louváveis não podem justificar métodos deploráveis.

Este caminho desastroso deixou os Estados Unidos efetivamente incapazes de defender alguns dos direitos mais básicos. Os Estados Unidos ainda podem promover a liberdade de expressão, associação, ou religião—onde a prática

corresponde ao discurso na maioria dos casos. Mas, em se tratando de direitos fundamentais, tais como liberdade contra tortura e detenção arbitrária, a hipocrisia impossibilita uma promoção eficaz.

A visita do presidente chinês Hu Jintao a Washington em abril de 2006 mostrou com clareza essa limitação. Em uma exceção rara à sua prática usual, o Presidente Bush mencionou o termo “direitos humanos”, mas especificou rapidamente que se referia “à liberdade de associação, de expressão sem censura e de prática religiosa” — todas metas dignas, todas liberdades respeitadas pelos Estados Unidos, mas longe de ser uma afronta direta ao uso de detenção arbitrária e às condições abusivas das prisões chinesas como tática para reforçar o ferrenho apego ao poder do governo chinês.

Espera-se que o silêncio efetivo da voz americana no que diz respeito a direitos humanos não dure por muito tempo — o produto do desprezo de uma determinada administração a qualquer obstáculo a seu poder. Muito dependerá dos passos tomados pelo novo Congresso para remediar os piores excessos da administração e por uma administração sucessora que mude a direção e puna tais excessos.

Porém o dano causado também é mais fundamental. Agora governos abusivos convenientemente relacionam o avanço de direitos humanos a uma “mudança de regime” e à invasão do Iraque — uma equação usada pelo Sudão com efeito mortal para se safar de pressão a respeito de Darfur. Alguns americanos agem da mesma forma. A sustentabilidade da disposição e da capacidade americanas de promover direitos humanos necessitará da separação do militarismo inerente da visão neo-conservadora da busca louvável por uma administração governamental democrática. É provável que o apoio popular da defesa dos direitos humanos dependa da separação da indiferença imperial da administração a fronteiras nacionais — aparentemente em nome dos direitos humanos, mas em situações que estão longe de justificar intervenção humanitária — do dever essencial de defender vítimas de repressão política e outros abusos.

## China

À medida que a credibilidade dos EUA quanto a direitos humanos diminui, a China muitas vezes piora ainda mais a situação. Sua economia emergente e ânsia por recursos naturais levam o país a desempenhar um papel internacional mais afirmativo, porém evita deliberadamente usar essa influência para promover os direitos humanos. Em vez disso, insiste em lidar com outros governos, nas palavras do Presidente Hu Jintao, “sem nenhum vínculo político”. De fato, a posição da China quanto a direitos humanos vai da indiferença à hostilidade.

Preocupações sobre hipocrisia e reações adversas de operações secretas podem estar ocultas por detrás da relutância da China de defender os direitos que costumeiramente infringe em seu próprio solo — como os que sustentam uma sociedade civil independente e o Estado de Direito. Mesmo assim, há áreas nas quais tais medos são menos agudos e não devem restringir a China. Pelo menos até a repressão do movimento democrático na Praça da Paz Celestial, a China evitou extermínios em massa, sem falar em limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Portanto, a China poderia defender crivelmente as pessoas que se deparam com tamanha opressão, tais como o povo de Darfur ou as minorias étnicas da Birmânia. Porém, fez muito pouco bastante tardiamente. Parte da explicação encontra-se no seu declarado desconforto ideológico com o que chama de “interferência em assuntos internos” de outros países. Parte é a primazia da sua própria busca por recursos naturais sobre a sobrevivência das pessoas cuja terra fornece tais recursos. Independentemente do equilíbrio dessas considerações, a China realizou bem menos do que poderia ter feito.

Há sinais de que, em determinados temas, que nem sempre dizem respeito a direitos humanos, a relutância da China de se intrometer em assuntos alheios possa estar abrandando. Em setembro, a China pareceu suspender temporariamente as entregas de petróleo à Coreia do Norte devido aos testes de mísseis de longo alcance realizados por Pyongyang. Em outubro, após a Coreia do Norte ter efetuado seu primeiro teste nuclear, foi noticiado que a China ameaçou fazer suspensões adicionais de combustível até que Pyongyang voltasse à mesa de negociações. Em novembro, o representante permanente da China nas Nações Unidas, Wang Guangya, pressionou o Sudão, ainda que insuficientemente, para que concordasse

com o envio de uma força de manutenção de paz da ONU a Darfur. A China também está aumentando o número de tropas que oferece aos esforços de manutenção de paz das Nações Unidas.

Mesmo assim, apesar de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU autorizar o envio de uma força de proteção a Darfur sob o pressuposto do consentimento de Cartum, a China apenas se absteve da resolução, e não a apoiou. Já é ruim o suficiente a China ter se aliado a outros membros do Conselho para reduzir a “responsabilidade de proteger” internacional — uma doutrina que visa evitar atrocidades em massa — a ter que pedir permissão a assassinos para proteger suas vítimas. Entretanto, a China fez com que a situação piorasse ainda mais ao recusar o uso, ou bloquear, as principais fontes de aprimoramento para obter esse consentimento.

Como a China alegadamente compra dois terços das exportações de petróleo do Sudão e é o país que mais investe em seu setor petrolífero, a economia sudanesa está em grande progressão, encorajando Cartum a dar seguimento à carnificina em Darfur e deixando o país repleto de verbas para comprar armamentos (algumas vezes armas chinesas) para a luta. Se tal renda fosse cortada, Cartum estaria bem mais susceptível à pressão para acabar com os extermínios em Darfur e a permitir o envio de uma força protetora. E, ao mesmo tempo que a China agora mostra disposição em sancionar o comércio de petróleo com a Coreia do Norte, não se tem conhecimento de ter feito nada desse tipo por Darfur. Na verdade, permitiu que o Conselho de Segurança da ONU interditasse a capacidade de movimento e congelasse os bens de quatro pessoas —dois comandantes da rebelião, um líder da milícia Janjaweed, e um ex-oficial do exército — nenhum deles representante governamental de alto escalão. Se a China quiser evitar a impressão de que está mais interessada na continuidade do fluxo do petróleo para sua economia crescente (do qual 4 a 7% provém do Sudão) do que estancar o fluxo de sangue em Darfur, deve apresentar seus esforços públicos para pressionar Cartum a cooperar.

Além de Darfur, há outros problemas:

- A China continua sendo uma fonte de investimento e de provisões militares para o Zimbábue, apesar da guerra do Presidente Mugabe contra seu povo — a desapropriação em massa de cerca de 700 mil pobres de suas residências urbanas vistos como simpatizantes em potencial da oposição política, a demolição de suas casas, a detenção arbitrária rotineira e a tortura de simpatizantes da oposição, e a destruição da economia do país. As desapropriações tiveram impacto devastador em dezenas de milhares de pessoas vivendo com HIV/AIDS, pois atrapalham o seu acesso a tratamento.
- Ao emprestar incondicionalmente cerca de US\$5 bilhões a Angola, a China efetivamente mina os esforços do Fundo Monetário Internacional para promover maior transparência orçamentária visando dar um fim à pilhagem do tesouro nacional por parte do governo — cerca de US\$4 bilhões de 1997 a 2002, o equivalente a todo o orçamento angolano para programas sociais durante o mesmo período.
- Após as forças governamentais do Usbequistão terem massacrado centenas de manifestantes em Andijan em maio de 2005, a China saudou o presidente do país, Islam Karimov com 21 canhões, e anunciou um acordo de petróleo de US\$600 milhões. Em 2006, a China participou de exercícios militares conjuntos com o Usbequistão e assinou um protocolo de cooperação com a duração de dois anos.
- A China está mais preocupada em estancar o fluxo de refugiados da Coréia do Norte do que dar fim às graves ameaças contra suas vidas provocadas pelo governo cruel e economicamente incompetente de Kim Jong Il. Apesar da opressão impregnante da Coréia do Norte, a China finge que as pessoas que fogem da Coréia do Norte são migrantes econômicos e se recusa até mesmo a cooperar com o relator especial da ONU responsável pela investigação das condições de direitos humanos na Coréia do Norte, ou a permitir que o Alto Comissário da ONU para Refugiados tenha acesso aos refugiados que se concentram próximo à fronteira com a Coréia do Norte. Não há prova de que a China tenha pressionado Pyongyang quanto à repressão na mesma medida da pressão aparentemente aplicada com relação a seus testes nucleares e de mísseis de longo alcance. A China de fato ignora propositadamente o fato de

que alguns refugiados passam pelo seu solo para ir para outros países, mas poderia fazer muito mais nesse sentido.

- A China é quem mais apóia o governo militar da Birmânia, mostrando mais interesse na obtenção de acesso a um porto de águas profundas e aos recursos naturais birmaneses do que em apoiar os direitos do povo birmanês, que sofre há bastante tempo. Em várias partes do sudeste asiático, a China presenteia governos que abusam de direitos humanos com ajuda abundante.

A China não é o primeiro governo a colocar seus próprios interesses econômicos e políticos acima dos interesses dos pobres e desafortunados do mundo. Potências imperiais há muito fazem o mesmo, e até pior. Mas, pelo menos teoricamente, o Partido Comunista Chinês baseia-se em uma ideologia de zelar pelas necessidades básicas de todos. Pequim cultiva um perfil de amigo do mundo em desenvolvimento. Orgulha-se em criar empregos e aliviar a pobreza; e contribui cada vez mais com verbas de auxílio internacional. Mas alguns de seus comportamentos vão contra esses princípios.

Os governos repressivos que apóia estão esmagando e empobrecendo seus povos. Os novos magnatas do petróleo em Cartum podem brindar a prosperidade trazida pelos chineses em restaurantes chiques às margens do Nilo, mas as pessoas destituídas e deslocadas de Darfur não têm motivo algum para comemoração. Robert Mugabe pode agradecer ao governo chinês pela sua capacidade de continuar no poder, mas não as centenas de milhares de zimbabueanos expulsos de suas casas, devido à Operação Limpar o Lixo. Com o auxílio chinês, o exército birmanês está construindo uma nova e belíssima capital e desfruta de acesso a uma ampla gama de armamentos, porém o povo birmanês vive amedrontado e na miséria. Se a China deseja ganhar o respeito internacional que tanto deseja, deve se afastar - e não subsidiar - esses governos.

É difícil acreditar que o governo chinês deseja ser reconhecido como um simpatizante de tiranos, um explorador dos pobres. É de se esperar que um governo que trabalhou arduamente para conquistar o símbolo de espírito esportivo e cooperação internacional — os Jogos Olímpicos — não dispense solidariedade internacional quando se trata de vítimas de seus parceiros tirânicos. Mas só haverá

mudança se a China for cobrada pelos seus atos malévolos. Por décadas o governo chinês foi tão repressivo e sua ação global foi tão limitada que poucos esperavam algo mais do que hostilidade com relação a direitos humanos por parte de Pequim. A China não desapontou. Atualmente, não temos condições de esperar coisa melhor se governo algum estiver disposto a pedir.

Quando o assunto de direitos humanos foi explicitamente trazido à tona, o governo chinês fez algumas concessões. Durante o seu encontro com o Presidente Bush em abril, o Presidente Hu disse que, “tendo como base o respeito mútuo e a igualdade”, o governo chinês estaria “pronto... para promover a causa mundial dos direitos humanos”. Ao se abster sobre Darfur, a China possibilitou que as resoluções do Conselho de Segurança da ONU passassem, autorizando o envio de uma força de proteção da ONU a Darfur e a investigação de atrocidades pelo Tribunal Penal Internacional. Conforme mencionado, também exerceu pressão limitada em Cartum.

Não obstante, os governos que tradicionalmente promovem os direitos humanos estão tão ocupados em negociar seus próprios contratos comerciais com a China que raramente expressam sua preocupação com o comportamento desumano de Pequim, em seu solo ou internacionalmente. Se os governos seguissem seus princípios, condenariam o papel crescente da China na repressão global. É só através da garantia de que a China pague com sua reputação por sua má conduta que poderá haver alguma possibilidade de encorajar um comportamento melhor.

## **Rússia**

A Rússia segue trajetória semelhante. Após o colapso da União Soviética, a Rússia passou por uma época bastante desordenada e não tinha condições de agir na esfera internacional. Mas, à medida que o valor de suas reservas de gás e petróleo aumenta, e o Presidente Putin consolida seu poder através da neutralização da maioria dos outros centros internos de poder, o Kremlin vai arregaçando as mangas. Determinada a reivindicar sua dominância dentro da antiga União Soviética, a Rússia de Putin virou amiga de “ditadores de carteirinha”, tais como Islam Karimov do Usbequistão, Alexander Lukashenko da Bielorrússia, e Saparmurat Niazov do Turcomenistão, e tomou atitudes para minar os governos democráticos da Ucrânia e da Geórgia.

Por exemplo, na véspera do primeiro aniversário do massacre de Andijan no Usbequistão, o Presidente Putin demonstrou seu apoio político ao Presidente Karimov ao convidá-lo à sua residência de férias. Na mesma época, a câmara de deputados do parlamento russo ratificou um tratado de aliança militar com o Usbequistão. Da mesma maneira, apesar de sua influência considerável, a Rússia não levanta um dedo para aliviar a repressão no Turcomenistão, mesmo quando as vítimas são cidadãos russos.

Esse comportamento em relações exteriores também se repete na conduta de Putin em solo russo. Ele é responsável pelas forças militares na Chechênia, que continuam a usar amplamente a tortura e fazer mais pessoas “desaparecerem” do que as forças de segurança de qualquer outro país. Ele tem o poder de controlar os seus comparsas chechênos que estão por trás da maioria desses abusos, mas ao contrário, ele os apóia incondicionalmente e louva os seus líderes. O Kremlin de Putin transformou os centros de poder de competição mais acirrada — a Duma, os governadores das províncias, a mídia eletrônica, a comunidade empresarial — em parceiros que podem ser dobrados. As organizações não-governamentais, um dos poucos setores que ainda se mantêm independentes, sofrem ameaças de novos regulamentos que abrem espaço para a intromissão do governo ou o fechamento das mesmas. Criminosos não identificados assassinam jornalistas independentes de alta visibilidade, tais como Anna Politkovskaia, que investigava as atrocidades na Chechênia quando foi morta, sem haja um indiciamento com êxito dos perpetradores do crime.

Como a China, Putin paga pouco por dançar com os ditadores. Poucos governos reclamam publicamente dos maus atos cometidos pelo presidente russo. Raramente dá para se ouvir reclamações, tamanhas são as negociações energéticas.

A Rússia continuará a agir dessa maneira se continuar a fugir das conseqüências de seus atos. O governo russo deseja obter cidadania global. Sua participação no Grupo dos Oito depende disso. Porém, as democracias mais poderosas do mundo não insistem que o país conquiste seu lugar à mesa. Elas brindaram a Rússia com a presidência do Grupo dos Oito em julho, deixando que o país fosse sede da cúpula do G8 em São Petersburgo sem nenhum movimento positivo a respeito de seu

histórico de direitos humanos do país, em âmbito interno ou externo. Seu desejo de se associar à Organização Mundial do Comércio, que parece estar próximo a virar realidade quando da impressão deste relatório, depende da disposição do país em respeitar as regras econômicas globais. Mas é errado o mundo aceitar a Rússia como um país fechado e autoritário enquanto seus mercados estejam abertos. Não será fácil fazer com que a Rússia passe por uma transformação total, mas será um feito impossível se ninguém tentar, e os que se encontram em posição de se expressar a esse respeito continuam mudos.

## **As democracias do sul global**

Uma fonte potencial de liderança em direitos humanos pode estar em alguma das democracias novas ou existentes no sul global. Como estes governos não pertencem ao bloco de países ocidentais, sua promoção de direitos poderia ajudar a reforçar o fato que os direitos humanos são valores universais. Por freqüentemente viverem próximos a governos abusivos, sua proximidade pode ter uma influência adicional. E porque muitos desses países saíram de períodos de extrema repressão, seja colonialismo, apartheid ou ditaduras, eles poderiam ter autoridade moral especial com relação a direitos humanos. Alguns governos do hemisfério sul começaram a exibir o seu potencial de liderança, mas posicionamento de princípios a favor de direitos humanos são muito esporádicos para preencher a lacuna da liderança.

Os países latino-americanos geralmente respaldam os esforços de fortalecer mecanismos de direitos humanos internacionais. Praticamente todos os países da região ratificaram o estatuto de Roma e participam do Tribunal Penal Internacional, e vários resistem à forte pressão dos EUA, inclusive a ameaça de perda de grande auxílio em verbas norte-americanas, para assinar acordos bilaterais que isentam os cidadãos dos EUA da jurisdição do TPI. Recentemente, diversos países, em especial a Argentina, o Chile e o México, apoiaram ativamente a criação do novo Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em seguida, o México foi escolhido para ocupar a primeira presidência do conselho, em grande parte devido ao papel vocal que tem representado nos últimos anos quanto à promoção de direitos humanos. O governo mexicano há tempos incentiva ardentemente a promoção de direitos humanos e, ao mesmo tempo, o combate ao terrorismo. Assim, propôs uma resolução sobre o assunto adotada unanimemente pela Assembléia Geral da ONU, e fez uma

campanha de sucesso para a criação de um cargo sobre direitos humanos e terrorismo dentro do Gabinete do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU. A Argentina também apóia as proteções de direitos humanos dentro do sistema da ONU, usando sua cadeira no Conselho de Segurança para tratar das crises humanitárias em Darfur e na Birmânia.

Entretanto, há exceções importantes na América Latina. Cuba recusa categoricamente todos os esforços para que assuma a responsabilidade pelo seu histórico sofrível de direitos humanos. O governo colombiano realizou uma forte campanha para cassar a autoridade do representante do Alto Comissariado para Direitos Humanos das Nações Unidas na Colômbia. A Venezuela promove a visão de que a soberania nacional se sobrepõe às obrigações internacionais quanto a direitos humanos.

Os progressos ocorridos na África incluem a exigência de rendição do antigo presidente liberiano Charles Taylor para que seja julgado por crimes de guerra e crimes contra a humanidade por parte da Presidente liberiana Ellen Johnson Sirleaf, finalmente aceita pelo Presidente nigeriano Olusegun Obasanjo; e o acordo tardio do presidente senegalês Abdoulaye Wade, mediante solicitação da União Africana, em dar andamento à acusação de tortura sistemática cometida pelo antigo presidente do Chade, Hissène Habré. A União Africana — uma instituição fundamentada no compromisso com a democracia, direitos humanos e o Estado de Direito — também teve um papel importante em Darfur, apesar de sua força de proteção de 7 mil soldados não ter sido suficiente para a tarefa sem o auxílio da ONU, cuja participação foi bloqueada por Cartum. Além disso, em junho o Mecanismo Africano de Revisão por Pares, da Nova Parceria Econômica para a África, concluiu um relatório que surpreendeu pela crítica de vários aspectos do fraco recorde de direitos humanos em Ruanda — lançando o que deve se tornar um comentário constante sobre os problemas relativos a direitos humanos africanos, feito por africanos. Também foi analisada a situação relativa a direitos humanos em Gana.

Na Ásia, a Coréia do Sul emerge como um proponente constante de esforços relativos a direitos humanos, desde que não sejam dirigidos à Coréia do Norte, onde

Seul tem mais interesse em evitar um colapso governamental do que impedir a repressão autoritária sobre as pessoas na Coreia do Norte. Mesmo lá, em uma mudança significativa, Seul votou a favor de uma resolução da Assembléia Geral da ONU relativa a direitos humanos na Coreia do Norte em novembro.

Entretanto, esses esforços governamentais em nome de direitos humanos continuam sendo exceção à regra. No Conselho de Direitos Humanos, um senso ultrapassado de lealdade regional levou vários governos africanos e asiáticos que são ostensivamente comprometidos com os direitos humanos — Gana, Mali, Senegal, África do Sul, além da Índia e Indonésia — a permitir que seus posicionamentos fossem ditados por países como a Argélia e o Paquistão.

A Índia, a maior democracia do mundo e um líder em potencial, continua atolada em uma antipatia típica da Guerra Fria quanto à promoção de direitos humanos fora de seu solo. Não condenou explicitamente o histórico deplorável dos direitos humanos na Birmânia. Durante uma reunião de cúpula com a China em novembro, chegou ao ponto de proibir refugiados tibetanos de protestar publicamente, sob risco de serem deportados. Entretanto, em termos de aspectos positivos, a Índia superou sua alergia antiga ao envolvimento externo no sul da Ásia, e apoiou o envio de uma missão de sucesso de monitorização de direitos humanos da ONU que ajudou a deter um desastre no Nepal.

A África do Sul, que aparentemente esqueceu ser a recipiente de fortes campanhas públicas contra o apartheid, continua a insistir que somente uma diplomacia silenciosa é apropriada para tratar da devastação do povo zimbabueano por Robert Mugabe. Por sua vez, Mugabe opunha-se fortemente contra o apartheid, mas o presidente sul-africano Thabo Mbeki parece ter a prioridade de demonstrar respeito pelo seu antigo aliado político em vez de respeitar os princípios de direitos humanos pelos quais eles lutaram juntos.

Resumindo, enquanto as democracias do sul global devem ser fortes parceiros na proteção dos direitos humanos, elas ainda não se mostraram preparadas para preencher a lacuna da liderança.

## A União Européia

Com os Estados Unidos tendo se desqualificado em grande parte do cargo de promotores dos direitos humanos, a China e a Rússia efetivamente minando tais esforços, e o sul global ainda não abraçando sua responsabilidade, é essencial que a União Européia tome para si a situação e assuma um papel de liderança. Afinal das contas, a UE é o maior aglomerado de democracias do mundo, que se baseia em um compromisso com direitos humanos e com o Estado de Direito. Entretanto, a triste verdade é que a União Européia não chega nem perto de vestir a camisa de capitão. Quando a UE faz um pronunciamento conjunto sobre algum problema relativo a direitos humanos, o que freqüentemente se vê é um burocrata em Bruxelas ou um comunicado à imprensa assinado pela Presidência da União Européia, em vez de um pronunciamento público incisivo por um chefe de estado ou ministro de relações exteriores. Tais pronunciamentos raramente são seguidos por ação firme ou pressão para a proteção dos direitos humanos. Devido a problemas estruturais e também à falta de vontade política, o desempenho abaixo da capacidade demonstrado pela União Européia quanto a direitos humanos deixou aberto um enorme buraco na liderança.

O papel da União Européia no Conselho de Direitos Humanos da ONU ilustra esse problema. Os Estados Unidos nem sequer buscaram ser eleitos para o conselho, uma decisão que se baseou em grande parte no medo de que perderiam. Por isso, grande parte da incumbência de fazer com que o novo conselho corresponda aos seus ideais fica a critério da União Européia e de seus parceiros mais próximos — governos como o da Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Noruega e Suíça.

O conselho divide-se equiparadamente entre os que tradicionalmente apóiam e os que se opõem à implementação do cumprimento dos direitos humanos, com diversas democracias na Ásia e na África sendo responsáveis pelos votos decisivos. Ao trabalhar com os governos latino-americanos para que se unam aos votos não decididos, os governos europeus poderiam formar uma maioria de fato para tratar de problemas como os crimes contra a humanidade cometidos em Darfur, a impunidade assassina do governo usbeque, e a guerra civil revitalizada no Sri Lanka. Mas a triste verdade é que os detratores — os governos abusivos que, apesar de promessas ao contrário, parecem que entraram no conselho para minar seus

esforços — são mais astutos do que os europeus e seus aliados. Em um transe aparente, os países que apóiam os direitos humanos ofereceram principalmente espírito derrotista e desculpas esfarrapadas.

A União Européia e outros países que apóiam os direitos humanos nunca propuseram uma visão convincente para o tratamento de governos abusivos por parte do conselho. Nunca efetuaram o trabalho necessário de negociar e fazer lobby para dissuadir os que estão em cima do muro de seguir seus blocos regionais liderados pelos detratores e convencê-los a se deixar guiar por seus princípios auto-professados de direitos humanos. Eles nunca convocaram uma sessão especial sobre Darfur ou sobre a situação deteriorante no Sri Lanka, para ir além da fixação em Israel demonstrada pelos detratores. Muitos dos que defendem essa postura chegaram ao ponto de adotar o refrão dos detratores, “cooperação e não condenação”, como se a ameaça de censura por abusos sérios não tivesse algo a ver com a obtenção de cooperação governamental para superá-los. Por esse e outros motivos, o conselho deixou uma péssima primeira impressão.

### *Tomando decisões*

A falta de jeito da União Européia pode ser atribuída parcialmente ao seu oneroso processo de tomada de decisões. A necessidade de se obter consenso entre os seus 25 membros (quando da publicação desse relatório, serão 27) tende a causar atrasos e um posicionamento pelo menor denominador comum. Basta somente um governo com profundos interesses paroquiais — o Chipre sobre a Turquia, a Alemanha sobre a Rússia, a França sobre a Tunísia — para bloquear um posicionamento efetivo por parte da União Européia.

Por exemplo, a nova política alemã de *Ostpolitik* está minando um forte posicionamento da UE quanto a direitos humanos na Ásia Central. Em novembro de 2006, a Alemanha obteve êxito em sua agressiva pressão no sentido de afrouxar até mesmo as mais leves sanções impostas ao Usbequistão após o massacre de Andijan ocorrido em maio de 2005, apesar de o governo usbeque não ter agido substancialmente para atender às condições originalmente estipuladas para suspender as sanções. Em vez de permitir a realização de uma investigação independente sobre o massacre, conforme exigido, o Usbequistão ofereceu apenas

“diálogo” e um “seminário especializado” sobre Andijan. Nesse ínterim, sua represália às pessoas que ousam expressar sua insatisfação com o regime é feroz e, apenas em 2006, uma dúzia de defensores de direitos humanos foram condenados e presos sob acusações de cunho político.

Para apoiar sua posição com relação ao Usbequistão, um país com enormes reservas de gás e uma base aérea de grande utilidade às tropas alemãs no Afeganistão, a Alemanha afirma que as sanções não produziram resultados positivos — apesar de a Alemanha ter feito o possível para minar as sanções desde o momento de sua adoção. A proibição de viagem imposta pela União Européia a oficiais governamentais usbeques de alto escalão havia sido recém-divulgada quando Berlim autorizou a entrada na Alemanha de um dos arquitetos do massacre de Andijan para fins de tratamento médico — o antigo Ministro do Interior usbeque Zokir Almatov, que constava como o primeiro da lista da proibição de viagem promulgada pela União Européia. Quando várias famílias de suas vítimas buscaram seu julgamento apesar do grande risco pessoal, o promotor federal alemão se recusou a detê-lo e nem sequer instaurou uma investigação criminal. Nada que o Usbequistão fez justifica a abordagem capitulacionista da Alemanha, e mesmo assim a Alemanha parece estar arrastando a União Européia junto de si, apesar da resistência demonstrada por um grupo considerável de estados-membros.

A Alemanha também lidera na apresentação de um posicionamento fraco da União Européia sobre o Cazaquistão, ao respaldar incondicionalmente a proposta do país presidir a Organização para Segurança e Cooperação na Europa em 2009, em vez de usar o desejo do presidente cazaque Nursultan Nazarbaev pelo cargo de liderança como uma oportunidade de fazer pressão para obter reformas concretas e há muito tempo necessárias.

Da mesma forma, no Nepal, após o golpe real em fevereiro de 2005, os governos nórdicos queriam censurar incisivamente o golpe e impedir o uso de ajuda da UE pelo governo militar. Apesar da Dinamarca ter agido particularmente de forma positiva, outros governos da União Européia, incluindo a França e a Alemanha, enfraqueceram o consenso dentro do grupo. A Grã-Bretanha também buscou uma política independente e, em alguns momentos, acomodacionista, citando uma

relacionamento histórico com o Nepal. O resultado deu-se de forma que, logo em seguida ao golpe, a União Européia adotou uma postura bem menos rigorosa, deixando a sociedade civil nepalesa desencorajada e sem apoio.

A inclinação da União Européia para agir com o menor denominador comum reflete uma preferência pela unidade em detrimento da eficácia. É compreensível que seja importante atingir um posicionamento comum para se criar uma comunidade de nações européias. Além disso, ao se unirem, os governos dentro da UE têm maior influência e se deparam com menor risco de retaliação do que se agissem independentemente. Porém, se a União Européia nunca agir além dos desejos do membro que apresenta mais relutância, geralmente acabará fazendo pouco ou nada. É necessário haver um processo de tomada de decisões mais ágil e razoável. Uma opção seria permitir uma super-maioria em vez da unanimidade para se criar uma política externa comum. Mas isso necessitaria que cada governo da União Européia desistisse do seu precioso poder de veto a ações da União e da prerrogativa de soberania que isso representa. Entretanto, o *status quo* também custa caro em termos das pessoas oprimidas no mundo, cujos pedidos de ajuda não são atendidos pela União Européia.

Mesmo dentro das exigências da unanimidade, é possível haver melhorias. Por exemplo, no Conselho de Direitos Humanos, a União Européia parece exigir consenso em um nível absurdamente banal. Em vez de aprovar uma estratégia e ter fé que os representantes da União Européia a cumprirão de modo sábio, os membros da UE insistem em ratificar todas as resoluções propostas, palavra por palavra. Esse estilo de micro-gerenciamento faz com que seja impossível para a União Européia atender eficazmente a circunstâncias mutantes ou participar de um rápido “toma-lá-dá-cá” diplomático que é necessário para construir alianças majoritárias.

Quando direitos humanos estão em jogo, a União Européia também poderia considerar o seu posicionamento comum como piso e não como teto. É válido insistir que nenhum governo aja de forma inferior ao posicionamento comum da UE em relação às principais questões de direitos humanos, mas por que nenhum governo — ou grupo de governos — não pode agir acima do recomendado? Não há

um impedimento formal para tanto, e ocasionalmente os governos agem acima do recomendado, como por exemplo relativamente aos tratados sobre o Tribunal Penal Internacional, minas terrestres anti-pessoais, e sobre o desaparecimento forçado de pessoas. A Dinamarca chegou a sugerir essa abordagem com relação a Darfur. Mas, com muita frequência, os governos que compõem a União Européia usam a falta de um sólido posicionamento comum para justificar a falta de uma forte posição interna sobre o mesmo assunto. Isso pode fazer sentido em, digamos, um assunto relativo a comércio ou a tributos, porém é insensível prevenir a ação a nível interno com relação a direitos humanos, ou prevenir que um grupo de nações aja para além de um consenso mínimo — priorizando o coletivo em detrimento do efetivo. Tal atitude sugere que a União Européia, apesar de seus ideais, apesar de suas promessas elevadas, decidiu por fim que uma defesa fraca e uniforme dos direitos humanos é mais importante do que uma defesa variada e vigorosa.

Uma exceção bem-vinda à regra da unanimidade foi a decisão de novembro de 2006 tomada por 14 estados-membros da União Européia de co-patrocinar uma resolução sobre o Usbequistão na Assembléia Geral da ONU, após falhas nas tentativas de se chegar a um consenso entre todos os 25 membros. Há necessidade de mais iniciativas desse tipo.

Nossa meta não é regressar a uma era pré-UE de 25 políticas externas distintas. O coletivo tem mais força do que o indivíduo. A relativa fraqueza da presença européia no Afeganistão — onde vários governos dão prosseguimento aos seus próprios projetos bilaterais sem o aprimoramento e reforço que seriam possíveis com uma abordagem mais coordenada — mostra com maior relevância o preço de tal desordem. Apesar da missão da UE em Cabul estar bem informada, seus estados-membros mal usam as informações disponíveis. Em decorrência disso, a reforma na polícia da Alemanha não foi coordenada com a reforma judiciária italiana (concluída em 2006). Os governos que possuem equipes provinciais de reconstrução não sincronizam seus esforços de desenvolvimento. Os participantes da UE nas operações militares da OTAN impõem suas próprias restrições bilaterais — as tropas alemãs não lidarão diretamente com insurgentes para proteger civis, as tropas britânicas não agirão contra traficantes de drogas mesmo se estiverem apoiando a insurgência, as tropas holandesas agem com relutância na detenção de suspeitos —

que servem como empecilho aos esforços de promover um ambiente seguro para o povo afegão. Há momentos, entretanto, em que ações fortes por parte de alguns países seria melhor do que ações fracas ou inexistentes por parte de vários governos.

Mesmo quando há um posicionamento comum, a insistência da União Européia em falar e trabalhar quase que exclusivamente através de sua “presidência” muitas vezes mina sua influência. No Conselho de Direitos Humanos, a tradição da União Européia de proferir seu ponto de vista somente uma vez através de sua presidência, em vez de permitir que os governos-membros expressem seu apoio à posição comum, deixa as nações detratoras, que conhecem a importância da repetição, dominarem o debate.

Mais fundamentalmente, é difícil imaginar uma maneira menos eficaz de manter continuidade ou de ganhar experiência do que a confusão que é o mandato rotativo de seis meses dos líderes da União Européia. Às vezes, como no caso da presidência da Finlândia durante os primeiros e vitais seis meses do Conselho de Direitos Humanos, o governo pareceu ter problemas e ver sua missão como se fosse a de criar consenso em vez de assumir a liderança. Em outros momentos, governos melhores equipados assumem as rédeas, porém têm de fazer com que sua agenda caiba em seis meses do mandato. A tradição da presidência eleita e do Conselho Europeu e da Comissão Européia de manter um papel em uma “troika” presidencial alivia um pouco a dificuldade imposta a si mesmas, mas não o suficiente. A rotatividade da liderança reitera a igualdade de todos os membros da União Européia, porém a recusa em conceder responsabilidade a longo prazo aos governos — portanto acabando com a possibilidade de desenvolver experiência e estratégias a longo prazo — é uma receita para disfunção. Em alguns casos, como nas negociações com o Irã sobre seu programa nuclear, a União Européia toma iniciativas para remediar esse obstáculo ao nomear uma forte troika permanente, composta pela Inglaterra, França e Alemanha no papel de representantes da União. Mas passos semelhantes não foram tomados em assuntos importantes relativos a direitos humanos.

Para superar este obstáculo, a União Européia deve reconhecer que a diversidade de seus membros poderia ser considerada um patrimônio em vez de um problema de procedimento. Seus 25 membros têm uma diversidade de experiências e relacionamentos com o resto do mundo, que pode ser aproveitada através de “troikas de experiência” ou “troikas de eficácia” a longo prazo, em vez de “troikas dos recém-chegados” em um sistema de rotatividade. A influência da União Européia aumentaria muito mais se, em vez de apresentar uma nova geração de caras novas a cada seis meses, os mesmos três governos continuassem a trabalhar juntos em questões problemáticas ano após ano, representando assim uma continuidade no envolvimento e uma determinação para cumprir o trabalho.

A eficácia da União Européia quanto a direitos humanos também é prejudicada por uma falta de transparência. A promoção de direitos humanos geralmente vai de encontro a outros interesses governamentais. É difícil para o público saber como a União Européia resolve tais divergências quando ela desenvolve e busca uma estratégia de direitos humanos a portas fechadas — especialmente quando tantas decisões importantes são tomadas em Bruxelas e não em capitais nacionais, e um número tão ínfimo delas envolve um debate parlamentar aberto. Pode convir aos governos evitar o embaraço do escrutínio público, porém eles sentem na pele as conseqüências dos compromissos frouxos e do desempenho medíocre quanto a direitos humanos da União Européia.

Essas falhas de procedimento não explicam por completo a falta de liderança da União Européia no tocante a direitos humanos. Grande parte do problema deve-se a uma simples falta de vontade política. Promover os direitos humanos pode ser custoso e difícil, e vários governos não querem se incomodar — pelo menos mais do que falar da boca para fora. Independentemente da culpa ser do procedimento ou do compromisso, a credibilidade da União Européia como uma entidade que promove os direitos humanos com base em princípios definidos está em risco.

Para examinar mais detalhadamente a liderança da União Européia no tocante a direitos humanos, vale a pena analisar sua reação a vários desafios: as principais potências da China, Rússia e dos Estados Unidos; crises como Darfur; outros

problemas relativos a direitos humanos; e questões de direitos humanos dentro da própria União Européia.

### *China*

Com relação à China, a União Européia mantém-se muda quanto à crítica de direitos humanos, relegando a maioria dos seus comentários públicos sobre o tema a afirmações escritas brandas que são fáceis de ignorar. A União Européia mantém um “diálogo” periódico com a China sobre direitos humanos, mas que é efetuado por oficiais de médio escalão, a cada momento encabeçado por um representante da nova presidência, sem referências visíveis para avaliar o progresso de um encontro para o outro, e sem resultados tangíveis. Em contrapartida, Pequim formou uma equipe de especialistas para o diálogo para se esquivar de críticas e obstruir qualquer ímpeto pró-reforma. Como resultado, o diálogo fica abrigado no ministério de relações exteriores sem a divulgação pública que poderia pôr em jogo a reputação da China e dar margens a transformações.

A falta de importância do diálogo foi realçada na ocasião da cúpula mais recente entre a União Européia e a China, em Helsinki em setembro de 2006, com a participação do Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao. Em nome da presidência da União Européia, a embaixadora da Finlândia em Pequim, Antti Kuosmanen, afirmou que os direitos humanos “não seriam um ponto dominante” na reunião de cúpula, e que os direitos humanos eram um “assunto sensível e delicado... pois estamos tratando de valores”. Com uma pincelada, a União Européia relegou os direitos humanos universais à esfera da subjetividade. Como se previa, assuntos sobre segurança e setores empresariais dominaram a agenda, como também ocorreu durante as visitas subseqüentes de Wen com o Primeiro-Ministro britânico Tony Blair e com a Chanceler alemã Angela Merkel, assim como durante a visita do Presidente francês Jacques Chirac a Pequim.

Da mesma maneira, em outubro, a Comissária de Relações Exteriores da União Européia, Benita Ferrero-Walder, e o Comissário de Comércio, Peter Mandelson, insistiram em uma “reestruturação total” do relacionamento da União Européia com a China, mas sem nunca mencionar os direitos humanos. A proposta deles poderia ser resumida em colocar os lucros à frente dos princípios.

Uma área na qual se sente essa falta de pressão sobre direitos humanos é na liberdade na Internet. Sem auxílio da União Européia (nem mesmo os Estados Unidos) na resistência à pressão chinesa, as empresas de Internet entraram em uma corrida para o fim do poço, na qual realizam o trabalho sujo como censores da rede para o governo chinês.

Houve uns raros momentos felizes no relacionamento entre a União Européia e a China quanto aos direitos humanos. A Chanceler alemã Angela Merkel, em Pequim para sua primeira reunião de cúpula com líderes chineses, passou um tempo na companhia de ativistas chineses que tratam dos problemas e da inquietação da região rural. Apesar do lobby chinês, a União Européia não liberou o embargo a armamentos imposto à China após a repressão sangrenta na Praça da Paz Celestial em 1989 — um caso raro no qual as regras relativas ao consenso facilitaram um posicionamento sólido quanto a direitos humanos, pois o embargo, inicialmente imposto sem vencimento, exige posicionamento unânime para ser revertido. Mas com a China ansiosa pelo fim do embargo antes dos Jogos Olímpicos em 2008, a União Européia ainda não articulou as condições a serem cumpridas — tais como uma investigação transparente e crível dos assassinatos cometidos na Praça da Paz Celestial — e assim desperdiçou uma fonte de influência em potencial.

### *Rússia*

A Alemanha, que assumirá a presidência da União Européia no primeiro semestre de 2007, domina a política da UE em relação à Rússia. A nova *Ostpolitik* promulgada por Berlim reflete uma determinação aparente de engajar a qualquer custo, sem impor nenhuma condição à Rússia. Como o interlocutor mais importante e respeitado da Rússia, o governo alemão desperdiça sua influência ao aparentemente supor que a obtenção de segurança energética — uma das principais prioridades européias — é incompatível com desafiar o histórico perturbador dos direitos humanos na Rússia. A relutância alemã quanto ao engajamento crítico com o governo russo também pode ser influenciada por sentimentos de culpa devido aos milhões de russos que morreram por causa da invasão alemã durante a Segunda Guerra Mundial, apesar de não explicar por que as vítimas atuais da opressão russa devem sofrer por causa da desgraça de seus antepassados. A União Européia realiza “consultas” semi-anuais sobre direitos humanos com a Rússia, também a um baixo

nível diplomático, mas os direitos humanos não constam em posição proeminente na agenda mais ampla da União Européia e da Rússia. Da mesma maneira que a China, a UE periodicamente se pronuncia sobre casos individuais ou eventos tais como a nova legislação russa relativa a ONGs, mas os direitos humanos raramente entram no discurso público dos oficiais de alto escalão. As atrocidades na Chechênia são praticamente esquecidas, sem que o público possa exigir responsabilidade pelos atos cometidos nem mesmo ter notícia sobre o destino dos “desaparecidos”.

Como na sua visita à China, a Chanceler alemã Merkel fez questão de se reunir com defensores de direitos humanos russos na mesma época da sua primeira reunião de cúpula com o Presidente Putin. Ela também falou sobre a importância dos direitos humanos e do Estado de Direito na Rússia. Mas nenhum outro líder europeu a seguiu fazendo as mesmas declarações ou tendo os mesmos gestos, e sua mensagem não foi refletida em nenhum posicionamento comum da União Européia. O Presidente Chirac da França até condecorou Putin com a Grande Cruz da Legião de Honra. Em contrapartida, em quatro ocasiões distintas em 2006, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos condenou a Rússia pela infração do direito à vida devido ao papel desempenhado por tropas russas e seus representantes no desaparecimento forçado de pessoas na Chechênia. Os líderes europeus estão perdendo uma oportunidade de ouro apresentada por essas decisões judiciais para pressionar a Rússia a acabar com os abusos e dar um fim à impunidade.

### *Estados Unidos*

Quanto aos Estados Unidos, a União Européia tem uma lista de sucessos e insucessos. As operações de detenção de suspeitos dos EUA na Europa tornaram os governos europeus cúmplices na tortura, detenção arbitrária e desaparecimentos forçados. Há provas que sugerem que a Polônia e a Romênia permitiram a detenção secreta em seu solo de suspeitos que “desapareceram”. Apesar de o Congresso norte-americano não ter tomado nenhuma atitude quanto à investigação dessas operações, o Parlamento Europeu abriu um inquérito. O comitê parlamentar provisório (TDIP) chegou à conclusão de que seria “totalmente implausível” que tais atividades pudessem ter ocorrido sem o conhecimento da inteligência ou dos serviços de segurança europeus. O comitê encontrou uma cumplicidade oficial

quanto à captura de suspeitos em solo europeu e sua rendição a governos para os quais a tortura é prática sistemática e, ao mesmo tempo, atribuiu uma “responsabilidade clara” à CIA. Com vista às revelações de sua cumplicidade, a Polônia fez cara de estátua, recusando-se a cooperar com as diversas investigações sobre os centros secretos de detenção.

Em contraste, um tribunal italiano tem sido mais vigoroso, emitindo mandados de prisão para os agentes da CIA e seus cúmplices italianos que supostamente foram responsáveis pela abdução de Osama Mustafa Hassan Nasr, conhecido como Abu Omar, em 2003, e sua entrega ao Egito para ser torturado. Em novembro, no que foi descrito como uma “rotatividade natural”, o novo governo do Primeiro-Ministro Romano Prodi substituiu o chefe dos serviços de inteligência militar SISMI, que se encontra sob investigação por seu papel no rapto. Porém, o teste de fogo para a Itália será se o governo enviará os mandados de extradição do tribunal aos Estados Unidos, e se divulgará as informações sobre um possível conhecimento prévio de sua parte sobre o seqüestro.

Com relação à conduta dos EUA fora da Europa, a União Européia não fez nenhum comentário público de alto nível sobre as conclusões do Comitê contra Tortura da ONU quanto à cumplicidade dos EUA em atos de tortura e outros interrogatórios abusivos. E levou anos para que a União Européia — até a reunião de cúpula entre a União Européia e os EUA em junho de 2006 — solicitasse coletivamente o fechamento da instalação de detenção americana na Baía de Guantánamo. Essa súplica seguiu invocações similares da Grã-Bretanha, Alemanha e Espanha. Mesmo assim, a União Européia se recusou a fazer o ato humanitário de abrigar os detentos de Guantánamo que os EUA estão dispostos a liberar, mas que não podem regressar aos seus países de origem por medo de serem torturados após o retorno. Foi somente a Albânia, que não faz parte da União Européia, que finalmente concordou em acolher cinco detentos de etnia Uighur que foram libertados de Guantánamo mas não podiam regressar à China com segurança, e que também autorizou a permanência de detentos egípcios, argelianos e usbeques.

## *Darfur*

Em se tratando da enorme crise em Darfur, a União Européia gosta de anunciar a quatro vezes as verbas que envia para apoiar a força da União Africana (AMIS), que sofre de falta de equipamentos e mão-de-obra. Entretanto, a UE fez pouco para persuadir Cartum a aceitar a força de proteção da ONU, com capacidade de equipamento e tropas, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU em agosto. A União Européia impôs um embargo de armas no Sudão durante a guerra civil entre o norte e o sul, porém não agiu para que o embargo fosse cumprido desde que o conflito em Darfur começou. Com preferência pela participação, os membros da União Européia resistem congelar os bens e proibir a movimentação dos principais oficiais sudaneses responsáveis pelas matanças em Darfur. Longe de implementar sanções comerciais ao Sudão similares às realizadas pelos EUA, a União Européia e, especialmente a França, registrou uma enorme aumento no comércio com o Sudão. O fato de Cartum não ter progredido no sentido de desarmar as milícias assassinas Janjaweed ou responsabilizar os culpados pelas atrocidades cometidas, conforme exigido pela União Européia e pela ONU, não fez nada para levar a União Européia a uma ação de resposta mais rigorosa.

Parte do problema é que a Grã-Bretanha e a França, como membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, insistem que a política da União Européia em Darfur seja estabelecida em Nova York e não em Bruxelas. Dando o crédito que merece, a União Européia — e particularmente a Alemanha e a França — tiveram um papel importante na criação de uma comissão de inquérito dentro do Conselho de Segurança para examinar as atrocidades em Darfur, e subseqüentemente, enviar o caso de Darfur ao Tribunal Penal Internacional. Porém o importante feito de obter justiça para as vítimas não substitui a ação imediata de dar um fim aos assassinatos, estupros e desapropriações forçadas que ocorrem atualmente. Com relação a obter o auxílio de outros países para pressionar Cartum, a União Européia trouxe à tona o assunto de Darfur na China antes da reunião de cúpula entre a China e a África, em novembro de 2006. E a Chanceler alemã Merkel debateu Darfur em suas reuniões com os líderes chineses e russos. No entanto, o esforço de contar com o auxílio da China e da Rússia para pressionar Cartum a aceitar uma força de proteção da ONU e reverter suas políticas brutais em Darfur não foi suficientemente mantido nem intensificado para que se sentisse uma diferença considerável no local, no qual

Cartum e seus representantes da Janjaweed persistem em atacar civis com impunidade.

### *Outros assuntos relativos a direitos humanos*

Há vários outros países nos quais a União Européia deixa a desejar quanto a direitos humanos. Às vezes, interesses comerciais falam mais alto.

- Na Birmânia, a União Européia presta assistência ao movimento democrático no exílio. Também critica o governo birmanês e impõe algumas sanções. No entanto, vários membros da União Européia — Grã-Bretanha, França, Alemanha e Países Baixos — têm interesses comerciais e de investimentos consideráveis na Birmânia, fato esse perturbador em vista do uso de trabalho forçado pelo exército birmanês em vários setores da economia. Em uma época na qual os vizinhos da Birmânia expressam suas críticas publicamente, vários países poderosos da UE são relativamente passivos. Os países da União Européia até mesmo consideraram adequado convidar o ministro das relações exteriores birmanês para a reunião de cúpula entre a Ásia e a Europa (ASEM) em setembro.
- Na Tailândia, a União Européia respondeu com firmeza ao golpe militar em setembro de 2006 que retirou o Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra do poder. Porém, durante o mandato de cinco anos de Thaksin, a União Européia expressou sem muito alarde sua preocupação com a piora das condições dos direitos humanos no país — incluindo cerca de 2.500 execuções extra-judiciais durante a guerra contra drogas promovida por Thaksin, a supressão da liberdade de imprensa, uma contra-insurgência brutal no sul do país, e a diminuição da proteção de refugiados. Nesse ínterim, a União Européia procurou chegar a um acordo de comércio livre com a Tailândia.
- A União Européia, que tem cláusulas sobre direitos humanos em seus acordos comerciais e de cooperação com a maioria dos países, deveria ter agido mais incisivamente quanto a direitos humanos no Oriente Médio. A principal exceção nesse sentido foi seu apoio a uma investigação

internacional do assassinato por um carro-bomba do ex-Primeiro-Ministro libanês Rafik Hariri, ocorrido em 2005.

- Na Etiópia, a União Européia protestou fortemente contra os abusos do governo no decorrer das eleições altamente contestadas de 2005. Também agiu segundo suas palavras, com a supressão ou reencaminhamento de mais de US\$375 milhões em suporte orçamentário multilateral direto ao governo etíope. Entretanto, não houve seguimento visível da União Européia no sentido de tratar dos principais problemas de direitos humanos que ainda ocorrem na Etiópia, tais como a repressão de oponentes políticos e as surras, estupros e assassinatos extrajudiciais de membros do grupo étnico Anuak, na região etíope de Gambella.
- A União Européia agiu positivamente ao pressionar a Nigéria a entregar o antigo presidente liberiano, Charles Taylor, para julgamento pelo Tribunal Especial para Serra Leoa, com base em acusações de que ele cometeu crimes de guerra e crimes contra a humanidade ao apoiar a assassina Frente Revolucionária Unida em Serra Leoa. Mas, quando o Tribunal Especial para Serra Leoa solicitou que o julgamento fosse realizado em Haia, devido a problemas de segurança associados com a presença de Taylor em Freetown — uma preocupação expressa também pela Libéria — a União Européia perdeu tempo. O Tribunal Penal Internacional prontamente ofereceu suas dependências, e os Países Baixos concordaram, mediante a condição de que outro governo se comprometesse a deter Taylor caso ele fosse sentenciado. Mas, durante uma época de potencial instabilidade na África Ocidental, a transferência de Taylor foi adiada por semanas até que a União Européia encontrasse um governo que atendesse à solicitação. Finalmente, a Grã-Bretanha se prontificou a detê-lo.
- O governo da Tunísia, que não tolera nenhuma entidade que critique seus atos, há anos bloqueia uma série de verbas aprovadas pela União Européia para a organização independente tunisiana Liga de Direitos Humanos, assim como verbas que a União Européia deseja doar a outras organizações

independentes. Mesmo assim, a União Européia protesta publicamente com pouquíssimo alarde contra essa prática contínua por parte do governo.

Nada do exposto acima serve para negar que, às vezes, a União Européia age positivamente, especialmente no tocante a disponibilizar missões operacionais.

- A União teve um papel importante na criação de um o acordo de paz em Aceh e no envio de uma equipe de monitoramento, apesar de não ter pressionado o governo indonésio a deixar aberta a possibilidade de que se aplique justiça aos responsáveis pelas atrocidades cometidas durante a guerra.
- Uma força européia enviada à República Democrática do Congo, antes das eleições em outubro de 2006, forneceu um importante incentivo para os esforços da força de manutenção de paz da ONU para manter a segurança, apesar da insistência da Alemanha em trazer seus soldados para casa antes do Natal, o que arriscou a redução da força das tropas em um momento no qual as tensões políticas sobre os resultados contestados das recém-ocorridas eleições continuavam altas. Os riscos foram realçados pela ocorrência de uma nova revolta no leste do Congo no final de novembro de 2006.
- Em outubro de 2006, um comitê do Parlamento Europeu rejeitou uma proposta da Comissão Européia para se criar um acordo comercial interino com o Turcomenistão, ressaltando que o parlamento aprovaria tal acordo somente quando “se chegasse a um progresso claro, tangível e sustentável na situação de direitos humanos” no país.
- Seis mil tropas da União Européia mantêm a paz na Bósnia, onde se espera que a União Européia assuma a total responsabilidade por uma reduzida presença civil internacional em meados de 2007.
- Em Kosovo, a União Européia planeja liderar a missão civil internacional que espera ser enviada em 2007, quando a situação do território for determinada. Seu enfoque incluirá justiça e policiamento.

Da mesma forma, a União Européia pode ser uma força sólida em direitos humanos através de seu processo de ascensão, no qual a exigência de haver unanimidade para ação tende a elevar a pressão sobre o estado candidato — já que qualquer membro da União Européia pode se opor ao candidato que não tenha feito o suficiente para melhorar seu histórico em direitos humanos — em vez de apresentar um obstáculo para a projeção da influência da União Européia. Foi possível sentir tal influência positiva com maior ímpeto no ano passado nos Bálcãs, não obstante Bruxelas não ter conseguido focar suficientemente a responsabilidade interna por crimes de guerra cometidos na região. No passado recente, isso também foi percebido na Turquia, apesar da relutância crescente de vários governos da UE quanto ao ingresso da Turquia sob quaisquer termos ter posto em jogo o poder dos critérios de direitos humanos descritos para ascensão ao grupo.

Porém, as exceções positivas não substituem a falta de coerência na política que dificulta a resposta da União Européia a alguns dos desafios de direitos humanos mais importantes da atualidade. É essencial que a União Européia encontre uma voz mais firme e mais consistente sobre direitos humanos se quiser ter o extremamente necessário papel de líder global.

### *Direitos humanos em casa*

As políticas sobre assuntos relativos a direitos humanos dentro da União Européia decepcionam no tocante ao tratamento de migrantes e pessoas que buscam asilo. A determinação da União Européia em estancar o fluxo de migrantes a todo custo resulta no fato de que os direitos dos migrantes são ignorados e seu direito de buscar asilo na Europa, fugindo de perseguição em sua terra natal, é dificultado. Em janeiro de 2006, a Diretiva de Procedimentos para Asilo entrou em vigor, com a exigência de que todos os estados-membros devolvam os que buscam asilo a uma lista de “países de origem seguros”. A falta de consenso sobre os países que devem constar da lista — muitos dos quais oferecem segurança duvidosa — até agora atrasou a implementação de tal documento, mas vários estados-membros já seguem suas próprias listas de países seguros.

Em seus esforços de “internacionalizar” a gestão de migrantes, a União Européia se aliou a regimes repressivos como a Líbia, um dos portais de saída para milhares de

migrantes que buscam proteção e trabalho na Europa. A cooperação da Líbia e da União Européia sobre a imigração é unidimensional e se concentra exclusivamente em bloquear acesso à Europa, sem muita preocupação com os direitos ou reivindicações de refúgio dos migrantes. Na fronteira ao leste, a União Européia assinou um acordo de readmissão com a Ucrânia em outubro que exige que os cidadãos de outros países que buscam proteção na UE sejam readmitidos, apesar de crescentes preocupações sobre as práticas abusivas de detenção na Ucrânia e sobre o sistema de asilo ucraniano que mal se mantém em funcionamento. A “carência” de dois anos antes das pessoas serem repatriadas não é tempo suficiente para reformular o problemático sistema ucraniano. A Espanha, que em 2006 recebeu o maior número de migrantes por via marítima, busca assinar acordos de readmissão com países como Senegal e Mauritânia.

A maioria dos governos da União Européia trata satisfatoriamente dos crimes considerados como terrorismo através do sistema penal comum, mas a remoção de garantias processuais para suspeitos de terrorismo arrisca destruir toda a estrutura do Estado de Direito. O Reino Unido aprovou uma lei que aumentou a detenção pré-acusação de 14 para 28 dias, e um aumento adicional para 90 dias está em vias de debate. Os Países Baixos, com pendência na legislação antiterrorismo, se preparam para aumentar sua detenção pré-acusação de três para 14 dias. Desde janeiro de 2006, os suspeitos de terrorismo na França podem ficar detidos até seis dias sob custódia policial com acesso extremamente limitado a aconselhamento legal, enquanto os interrogadores policiais podem questionar os detentos à vontade.

Alguns membros da União Européia desejam evitar a instauração de processos penais em seu solo e, por isso, deportam ou extraditam suspeitos de terrorismo, muitas vezes para locais nos quais eles sofrem o risco de tortura. O Reino Unido insiste em deter suspeitos sem acusação formal, e tenta enviá-los de volta a países como a Líbia ou a Jordânia baseando-se em promessas superficiais de tratamento humanitário por parte desses governos. Justifica sua infração da lei internacional como necessária para combater o terrorismo, porém ainda não deu direito a seus promotores para usar provas obtidas por grampo telefônico autorizado legalmente em processos — uma das únicas duas democracias ocidentais (a Irlanda é o outro exemplo) a agir com esta visão extrema. O governo britânico nunca explicou por que

o sacrifício dos direitos fundamentais deve ser considerado antes de ao menos se tentar usar ferramentas de implementação do cumprimento da lei amplamente aceitas.

Os Países Baixos continuam a buscar a extradição de alguns suspeitos de terrorismo para a Turquia, com base em semelhantes promessas não confiáveis de que não tratarão mal os suspeitos. Outros governos, incluindo o da Suíça, agora se preparam para adotar essa mesma prática duvidosa. É irônico que, ao mesmo tempo que o Parlamento Europeu apropriadamente investiga a cumplicidade européia com as devoluções de suspeitos da CIA a países que apresentam risco de tortura, alguns países-membros da União Européia adotam transferências a países similares como uma medida antiterrorista em seu próprio solo.

## **Conclusão**

Os governos no mundo todo sempre sofrerão a tentação de deixar os direitos humanos de lado, seja no tratamento de seus próprios cidadãos ou em seus relacionamentos com outros governos. Se os seus próprios valores e suas instituições não impuserem limites, é necessário haver pressão externa. Os que se entregam a essa tentação devem pagar um preço até que os direitos humanos sejam respeitados em seu solo e encontrem seu devido lugar na condução de relações exteriores.

Mas a não ser que um novo líder surja nesta era de credibilidade diminuída dos EUA, os tiranos do mundo continuarão a correr soltos. Tanto os países que compõem a União Européia quanto os governos democráticos do mundo em desenvolvimento acomodaram-se em ser parte de uma multidão, com a facilidade de se esconder no bando quando a situação fica difícil. Os governos da União Européia se escondem detrás das regras de consenso, outros governos democráticos detrás de redes regionais. Nenhuma das duas técnicas para se esvair da incumbência da liderança deveria ser aceita, especialmente no momento em que a China e a Rússia estão liderando em grande parte na direção contrária.

É hora de ultrapassar essas desculpas. Uma nova liderança em direitos humanos poderia nascer de governos visionários do mundo em desenvolvimento, de uma

União Européia mais ágil, ou se o novo Congresso americano encontrar sua voz, de um governo americano que recupere seus ideais. De uma maneira ou de outra, os cidadãos do mundo necessitam de uma liderança significativa em direitos humanos. Não se deve subestimar a urgência dessa necessidade — isso se os grandes compromissos assumidos por tratados no século XX não sejam substituídos pela hipocrisia e promessas vazias do século XXI.

## **Este Relatório**

Este relatório é a décima sétima análise anual da Human Rights Watch sobre as práticas de direitos humanos ao redor do mundo. Trata, de forma resumida, dos principais assuntos relativos a direitos humanos em mais de 70 países mundialmente, com base em eventos decorridos até meados de novembro de 2006.

Os artigos relativos a cada país identificam assuntos de relevância a direitos humanos, examinam a liberdade dos defensores locais de direitos humanos para realizar seu trabalho e analisam a resposta dos principais atores internacionais, tais como as Nações Unidas, a União Européia, o Japão, os Estados Unidos e diversas organizações e instituições regionais e internacionais.

O presente relatório reflete um trabalho amplo de investigação realizado em 2006 pela equipe de pesquisa da Human Rights Watch, geralmente em fortes parcerias com ativistas em direitos humanos nos países em questão. Também representa o trabalho de nossa equipe de promoção de direitos, que monitora o progresso em políticas e tenta persuadir governos e instituições internacionais a reprimir os abusos e a promover os direitos humanos. As publicações da Human Rights Watch, lançadas durante todo o ano, contêm relatos mais detalhados sobre muitos dos assuntos tratados nos breves resumos reunidos neste volume, e podem ser acessadas através do website da Human Rights Watch em [www.hrw.org](http://www.hrw.org).

Seguindo o molde das publicações anteriores, este relatório não inclui capítulos sobre todos os países nos quais a Human Rights Watch atua, nem trata de todos os assuntos relevantes a um país. A falha em incluir um determinado país ou assunto geralmente significa não mais do que limitações de pessoal e não deve ser interpretada como um comentário sobre a importância do problema. Existem várias

violações graves de direitos humanos de que a Human Rights Watch simplesmente não tem capacidade de tratar.

Os fatores considerados na determinação do enfoque de nosso trabalho em 2006 (representados no conteúdo do presente volume) incluem o número de pessoas afetadas e a gravidade do abuso, o acesso ao país e a disponibilidade de informações sobre o mesmo, a suscetibilidade das forças abusivas quanto a ser influenciada, e a importância de se tratar de certas preocupações temáticas e de reforçar o trabalho das organizações locais que tratam de direitos.

O Relatório Mundial não conta com capítulos distintos sobre nosso trabalho temático, porém incorpora tal material diretamente nos artigos sobre os países. Consulte o website da Human Rights Watch para obter informações mais detalhadas sobre o trabalho que realizamos sobre direitos da criança, direitos da mulher, questões militares e de armas, negócios e direitos humanos, HIV/AIDS e direitos humanos, justiça internacional, terrorismo e antiterrorismo, refugiados e deslocados, e direitos de lésbicas, homossexuais, bissexuais e transgêneros, e para informações sobre os nossos festivais de filmes internacionais.

*Kenneth Roth é o diretor executivo da Human Rights Watch.*